

AS AVENTURAS DO ZAPATISMO CONTRA A HIDRA CAPITALISTA

THE ADVENTURES OF ZAPATISM AGAINST THE CAPITALIST HYDRA

LAS AVENTURAS DEL ZAPATISMO CONTRA LA HIDRA CAPITALISTA

Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho
Universidade Federal de São Carlos
ORCID - <https://orcid.org/0000-0001-5293-0881>

Resumo: Surgido no final do século XX, o zapatismo é um movimento social indígena do sudeste mexicano que congrega uma série de categorias e tradições situadas no campo da esquerda e que tem influenciado uma vasta gama de organizações sociais e estratégias de lutas antissistêmicas não apenas no México, mas em todo o mundo. Apesar de os povos indígenas da América Latina representarem um dos grandes protagonistas das lutas progressistas no continente, eles são historicamente esquecidos ou invisibilizados na teoria crítica moderna. Ao mesmo tempo em que busca garantir o direito de suas comunidades viverem de forma autônoma e que luta “pela humanidade e contra o neoliberalismo”, o movimento zapatista se empenha em interpretar a realidade com lentes próprias, quer dizer, a partir de uma perspectiva crítica em relação aos supostos da modernidade capitalista e colonialista que conformam a visão de mundo hegemônica. No que diz respeito ao capitalismo, os zapatistas produziram análises que podem ser encontradas em diferentes comunicados, conferências, entrevistas etc. A proposta expressa neste texto é a de apreender o sistema capitalista, sobretudo a atual fase neoliberal, assim como os possíveis caminhos para a sua superação, tomando como base o debate promovido pelo zapatismo.

Palavras-chave: Zapatismo. Neoliberalismo. América Latina. Modernidade Alternativa. Decolonialidade.

Abstract: Emerged at the end of the 20th century, zapatism is an indigenous social movement in southeastern Mexico that brings together a series of categories and traditions located on the left political field and that has influenced a wide range of social organizations and strategies of anti-systemic struggles not only in Mexico, but all over the world. Although the indigenous people of Latin America represent one of the great protagonists of progressive struggles on the continent, they are historically forgotten or made invisible in modern critical theory. At the same time that it seeks to guarantee the right of its communities to live autonomously and that fights “for humanity and against the neoliberalism”, the zapatista movement strives to interpret reality with its own lens, that is, from a critical perspective in relation to the assumptions of capitalist and colonialist modernity that shape the hegemonic worldview. As far as capitalism is concerned, the zapatistas produced analyzes that can be found in different announcements, conferences, interviews etc. The proposal expressed in this text is to apprehend the capitalist system, especially the current

neoliberal phase, as well as the possible ways to overcome it, based on the debate promoted by zapatism.

Keywords: Zapatism. Neoliberalism. Latin America. Alternative Modernity. Decoloniality.

Resumen

Surgido a finales del siglo XX, el zapatismo es un movimiento social indígena del sureste mexicano que aglutina una serie de categorías y tradiciones ubicadas en el campo de izquierda y que ha influido en una amplia gama de organizaciones sociales y estrategias de lucha antisistémica no solo en México, sino en todo el mundo. Aunque los pueblos indígenas de América Latina representan uno de los grandes protagonistas de las luchas progresistas en el continente, son históricamente olvidados o invisibilizados en la teoría crítica moderna. Al mismo tiempo que busca garantizar el derecho de sus comunidades a vivir de forma autónoma y que lucha “por la humanidad y contra el neoliberalismo”, el movimiento zapatista se esfuerza por interpretar la realidad con un lente propio, es decir, desde una perspectiva crítica en relación con los presupuestos de la modernidad capitalista y colonialista que configuran la cosmovisión hegemónica. En cuanto al capitalismo, los zapatistas produjeron análisis que se pueden encontrar en diferentes comunicados, conferencias, entrevistas etc. La propuesta expresada en este texto es aprehender el sistema capitalista, en especial la fase neoliberal actual, así como las posibles vías para superarlo, a partir del debate que promueve el zapatismo.

Palabras-clave: Zapatismo. Neoliberalismo. América Latina. Modernidad Alternativa. Decolonialidad.

INTRODUÇÃO

Na mitologia grega a Hidra de Lerna era um monstro com várias cabeças, podendo ser sete, nove ou mais, dependendo da versão adotada da história (COMMELIN, 1997). Ela possuía um veneno muito poderoso, e cada vez que uma de suas cabeças era cortada outra – ou outras, de acordo com a versão – nascia em seu lugar, sendo que a cabeça do meio era imortal¹. Esse monstro vivia no lago de Lerna, na região de Argos, e

¹ A hidra capitalista do zapatismo provavelmente deve possuir nove cabeças, pois assim foi representada na capa do livro “*El Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista I – Participación de la Comisión Sexta del EZLN*”, e certamente tem uma cabeça “mãe”, que é seu coração, e conta com o renascimento de duas novas cabeças no lugar da cabeça decepada, tal como pode ser apreendido em manifestações de zapatistas nos debates sobre a hidra (por exemplo, na apresentação “*Nuestra mirada a la hidra. El Método, la*

causava terror aos habitantes, de modo que o herói Hércules foi enviado ao local para acabar com a Hidra e assim poder cumprir o segundo dos seus doze trabalhos. Para conseguir vencê-la Hércules contou com a ajuda do seu sobrinho Iolaus, que queimava a região da cabeça decepada para que a cicatrização evitasse o surgimento de outras, e logo após cortar a cabeça imortal o herói enterrou-a sob um enorme rochedo.

Tal como a Hidra, o capitalismo possui muitas cabeças, e, do mesmo modo, diferentes faces. As cabeças são a fonte do poder do monstro mitológico, usadas para atacar e devorar suas vítimas. No caso do capitalismo as suas cabeças, que o sustentam e ao mesmo tempo devoram as pessoas, adquirem facetas distintas que podem ser percebidas não apenas no campo das atividades econômicas, mas também nos meios de comunicação, nas instituições políticas e, dentre outros lugares, nos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado – tomando o termo emprestado de Louis Althusser. Quer dizer, o sistema capitalista não é dominante apenas em um aspecto da vida social, ele tem muitas formas de dominar em diferentes e diversos espaços sociais². Assim, a primeira lição que se deve tirar a partir dessa relação é que ao lutar contra o capitalismo deve-se atacar todas as suas cabeças, ou seja, não basta vencer uma delas, pois enquanto as outras ainda existirem o monstro não perecerá. São várias as frentes de luta, e todas elas são importantes.

A segunda lição é que, do mesmo modo que a Hidra, o capitalismo possui grande capacidade de reconstrução; ele se adapta, é mutável, e pode se regenerar completamente desde uma de suas partes. Ao cortar uma de suas cabeças deve-se tomar todas as medidas necessárias para evitar que ela retorne, além de estar sempre atento/a aos sinais de sua possível reestruturação – Hércules teve que esconder com muito cuidado a

bibliografía y un Drone...", disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6ícEqHGxNA>).

² Consideração do subcomandante Marcos em "*Nuestra mirada a la hidra. El Método, la bibliografía y un Drone...*", disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6ícEqHGxNA>

cabeça imortal do monstro. Ela pode não simplesmente retornar, mas fazê-lo de forma que a torne ainda mais poderosa; como em certas versões da história da Hidra, a cabeça decepada pode voltar multiplicada. Algumas experiências que tentaram extirpar o capitalismo de suas sociedades, como a da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que vislumbrou a construção de um “novo homem socialista” apto a repelir o monstro, acabaram sucumbindo e contemplaram indefesas a retomada do sistema capitalista. Outro indício do grande “poder regenerador” do capitalismo pode ser buscado, por exemplo, na imagem de Chê Guevara, cuja trajetória revolucionária durante a vida tornou-a um símbolo de luta contra o capitalismo que inspirou e segue inspirando sucessivas gerações, mas que depois de morto acabou sendo absorvida pela cultura de massas e foi transformada em mercadoria, responsável, dentre outras coisas, pela venda de inúmeras camisetas mundo afora.

Outro ponto fundamental diz respeito à forma como se deve enfrentar o monstro. Hércules, mesmo possuindo força sobre-humana, sendo o filho do senhor de todos os deuses, percebeu que necessitava de ajuda para vencer a Hidra, que sozinho seria impossível. Durante a execução dos seus doze trabalhos o herói grego realizou feitos incríveis, dentre os quais estrangulou o Leão de Neméia, capturou vivo o Javali de Erimanto, alcançou correndo a Corça dos pés de bronze, ergueu duas montanhas, desviou o curso de dois rios e trouxe Cérbero do mundo dos mortos para a terra, no entanto, jamais teria conseguido triunfar sobre a Hidra sem contar com a ajuda de outra pessoa.

A tarefa de superar o capitalismo é coletiva, não pode ser feita por uma pessoa, por um movimento ou mesmo por uma única nação (ao menos não sem conviver com a ameaça constante do seu retorno). O monstro é poderoso e suas cabeças se regeneram, em vista disso, para obter sucesso, os ataques devem ser conjuntos, em todas as frentes, e a atenção deverá ser constante, pois sempre haverá a possibilidade de o monstro poder

retornar. Sua cabeça imortal, posto que é fruto e está sujeita à criação humana, nunca desaparecerá, por isso deve estar bem guardada, num local tão protegido que, por mais que possa ser observada, nunca obterá força suficiente para ressurgir de forma ameaçadora.

Os zapatistas utilizaram-se da figura da Hidra para promover um debate sobre o capitalismo e as formas de combatê-lo. Esse recurso de comparação metafórica de um sistema de organização social com uma figurava mitológica é útil para ajudar a olhar para este sistema a partir de outra perspectiva, proporcionando novas reflexões e possíveis epifanias. Trata-se de uma alegoria, ou seja, os significados e as relações atribuídas não são imanes da história contada sobre a personagem mítica, mas foram intencionalmente conferidas para proporcionar maior inteligibilidade sobre determinados fenômenos sociais concretos. No caso do sistema capitalista, retratá-lo de forma quimérica proporciona um distanciamento crítico por meio do qual é possível se afastar da lógica racional usualmente utilizada para abordá-lo, permitindo o desenvolvimento de diferentes olhares e novas reflexões voltadas para a elaboração de estratégias para superá-lo.

Essa comparação proporcionou aos zapatistas discutir e pensar em estratégias para superar o capitalismo do mesmo ponto de vista de quem luta contra um monstro. Nesse sentido, é preciso conhecer todas as características desse monstro, detectar seus pontos fracos, saber do que se alimenta, o que o fortalece, quais são suas armas, enfim, descobrir como combatê-lo de forma efetiva. Outro monstro mitológico grego também poderia ser evocado aqui: a Esfinge de Tebas, que foi derrotada por Édipo e cujo lema era “decifra-me ou te devoro”. De acordo com Hilsenbeck Filho e Brancaloneo,

Sob o panorama do avanço da apropriação capitalista sobre os recursos naturais, especialmente aqueles existentes nos territórios das comunidades tradicionais, instabilidade do sistema financeiro global, degradação progressiva do sistema político e sua associação ao narcotráfico e criminalização

crescente dos movimentos sociais no México, com assassinato de ativistas indígenas e não indígenas, os zapatistas lançam um chamado e desafio aos intelectuais comprometido/as com a humanidade: *El pensamiento crítico frente a la Hidra Capitalista*, que não foi um simples seminário acadêmico. O que estava em jogo era, além do diagnóstico sobre o tempo presente, um esforço para avaliar e refletir sobre as diferentes ferramentas teóricas com quais se pode realizar tal diagnóstico. A provocação zapatista tentava tocar fundo nos próprios pressupostos epistemológicos do chamado pensamento crítico (2019, p. 217).

O movimento zapatista recorre constantemente a mitos e lendas para ajudar a explicar o mundo à sua volta, sua origem e os significados das ações que desenvolve. Neste caso, torna-se bastante simbólico o fato de não evocar elementos da tradição maia para caracterizar o sistema capitalista, mas sim da mitologia oriunda da cultura grega, que, de acordo com a concepção teleológica da modernidade, compreenderia o berço histórico da Europa e da ideia de ocidente, e, portanto, do próprio capitalismo.

Ainda que determinados aspectos presentes em lendas e mitos indígenas possam ser criticamente interpretados quando analisados à luz de ideais emancipatórios – pois podem manifestar relações de poder, por exemplo –, as origens do capitalismo devem ser buscadas em outro lugar. A sociedade grega não contava com a existência de relações sociais propriamente capitalistas, mas é possível que já estivessem presentes algumas das condições necessárias para que a “criação do ovo do monstro” fosse viável. Não por acaso, a cultura associada com a Grécia Antiga é reivindicada como o berço do pensamento moderno, desenvolvido na parte ocidental do continente europeu durante o período conhecido como “renascença” e fundador das bases do sistema capitalista. Por isso, para compreender o capitalismo como ele realmente é e poder criar estratégias para superá-lo faz-se necessário conhecer sua genealogia e analisá-lo a partir da sua própria lógica, ou seja, inseri-lo na matriz epistemológica que o conforma e combatê-lo a partir daí.

Desse modo, não se trata somente de buscar modificar a forma de organização das atividades econômicas por meio da crítica ao modelo imposto pelo capitalismo, mas sim de reformular toda a base epistêmica que funda esse sistema. Afinal, os povos originários do continente americano, assim como os habitantes da África, já eram vitimados pela lógica que constitui o capitalismo séculos antes do surgimento do modelo fabril de produção, responsável por consolidá-lo como sistema sociometabólico mundialmente hegemônico.

É necessário analisar o sistema capitalista no âmbito da práxis social e sob uma perspectiva histórica crítica, deixar de lado todo ponto de vista que busca naturalizá-lo, colocá-lo como parte da evolução natural das sociedades humanas, de acordo com a qual corresponderia a uma etapa (a última etapa) superior e mais avançada do desenvolvimento social. Essa representação positivista somente presta um serviço às pessoas que são beneficiadas pelos resultados produtivos e financeiros gerados pela exploração viabilizada por meio dos mecanismos que sustentam o sistema, mantendo assim uma relação de poder diretamente relacionada à quantidade de capital que se possui, marginalizando todas as demais e submetendo-as às suas regras e leis gerais.

Assim como no caso de toda e qualquer mitologia, o capitalismo – e tudo que o conforma (mercado, moedas, princípios e premissas orientadoras etc.) – é uma criação social, depende e está limitado à esfera da atuação coletiva dos seres humanos. Partindo-se do pressuposto de que o capitalismo é, em última instância, o principal inimigo do movimento zapatista, uma vez que corresponde ao sistema sociometabólico que se pretende mudar, a proposta que motivou a elaboração deste texto foi a de desenvolver uma reflexão sobre o sistema capitalista a partir de análises promovidas pelo zapatismo. Dessa forma, buscou-se analisar o capitalismo por meio de referências expressas pelo movimento em diversas fontes, tais como comunicados, publicações e entrevistas, e tendo como perspectiva teórica

o pensamento crítico decolonial.

A AMEAÇA NEOLIBERAL

O movimento zapatista emergiu no estado mexicano de Chiapas, pouco mais de duas décadas após a Revolução Cultural de 1968, quase cinco anos depois da queda do Muro de Berlim, e em meio a consolidação do neoliberalismo como a última etapa de desenvolvimento do sistema capitalista global, avançando a passos largos em quase todo o território latino-americano naquele momento.

Carlos Antonio Aguirre Rojas recorre a Immanuel Wallerstein para explicar que “a dupla ruptura da revolução cultural mundial de 1968 e da crise econômica também mundial de 1972-1973, foi o momento da entrada do capitalismo em sua fase terminal de existência, ou seja, a etapa da verdadeira crise terminal do sistema capitalista mundial” (2019, p. 81). Não faz parte do escopo deste trabalho ater-se na apresentação daquilo que seriam as características dessa crise e os caminhos que conduziram até ela, o que importa aqui é discutir seus reflexos e consequências levando-se em consideração, principalmente, os pontos de vista explicitados pelo movimento zapatista.

A crise estrutural do capital foi constantemente anunciada por István Mészáros, que demarca a data do seu início justamente na virada da década de 1960 para 1970. No seu livro “O século XXI – socialismo ou barbárie?”, Mészáros aponta que “o extermínio da humanidade é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital” (2003, p. 108-109), de tal modo que no atual contexto adquiriu-se uma urgência dramática de criação de uma alternativa radical ao modo estabelecido de controle da reprodução do metabolismo social. Diante dos muitos problemas que devem ser enfrentados, desde o desemprego estrutural crônico, os graves conflitos econômicos, políticos e militares, até a destruição ecológica

generalizada, o filósofo húngaro retoma Rosa Luxemburgo para afirmar que a única alternativa para a humanidade seria “socialismo ou barbárie”, e acrescenta: “barbárie se tivermos sorte” (MÉSZÁROS, 2003).

Marx já havia demonstrado que crise é algo inerente ao capitalismo. As crises cíclicas fazem parte da própria dinâmica do capital, cujo processo de expansão ocorre por meio da destruição – destruição de outras culturas, destruição ambiental, destruição produtiva etc. O imperativo movimento de acumulação ampliada do capital leva-o a avançar sobre todas as partes do globo (e se possível para além dele), territórios e relações sociais, mas acaba esbarrando em resistências, crises de superprodução e nos próprios limites físicos do planeta. Em uma entrevista televisionada o subcomandante Marcos disse que a história do capitalismo é promover a destruição e depois fazer negócios com a reconstrução, e que o capital não tem perspectiva histórica, que sua perspectiva é ganhar – e quanto mais rápido, melhor –, sem se importar com os territórios, as pessoas ou a natureza³.

A “incontrolabilidade destrutiva do capital” (MÉSZÁROS, 2003), que tem gerado ao longo de todo o seu processo de desenvolvimento pobreza generalizada, violência, guerras, doenças, desastres ambientais etc., mais recentemente tem dado sinais de que está conduzindo a humanidade para o desaparecimento. É o trem desgovernado do progresso – assim caracterizado por Walter Benjamin (LÖWY, 2005) – que avança em direção ao abismo. Progresso que, de acordo com a lógica capitalista, é entendido como o próprio processo de ampliação do capital, destinado a um único e inevitável caminho.

A despeito da constante negação, por parte dos principais beneficiários e mantenedores do sistema capitalista⁴, de que os limites desse processo estão cada vez mais próximos, é possível notar que a indústria

³ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=fIDrLLFBic4&ab_channel=djcontra

⁴ Mesmo que pesquisas científicas provem o contrário, por exemplo, ainda predomina um poderoso negacionismo em relação à responsabilidade da ação dos seres humanos para a promoção de mudanças climáticas.

cultural tem refletido com maior frequência a previsão de um futuro distópico da civilização moderna. Isso é um possível sinal de que a própria arte, esfera de criação e abstração dos seres humanos, já não encontra meios para refletir outro cenário possível para a humanidade. Os movimentos antissistêmicos atuais, herdeiros do processo de ruptura com o modelo que predominou nos movimentos anticapitalistas anteriores à Revolução Cultural de 1968 (AGUIRRE ROJAS, 2019), como o zapatismo, atuam no sentido de “organizar a esperança”, construindo uma utopia concreta que desafia os parâmetros de legibilidade da realidade oferecida (DINERSTEIN, 2016).

Com a crise deflagrada no início da década de 1970 o capitalismo, tal como o monstro mitológico (a Hidra), procurou se reestabelecer e partiu para o ataque. No mesmo movimento em que iniciou a implementação de um processo de reestruturação produtiva, prevendo reaver aumento exponencial das taxas de lucratividade atuando diretamente na reorganização da esfera de produção⁵, e avançou com ainda mais voracidade sobre novos territórios para desenvolver atividades extrativistas, o grande capital começou a impor um novo modelo ideológico visando estabelecer sua hegemonia mundial definitiva e extrair o máximo de lucro possível de cada indivíduo e recurso natural do planeta.

Nos países de economia mais frágil e dependente os efeitos gerados pela implementação do programa neoliberal são sentidos de uma maneira muito mais brutal e danosa para suas populações. A implementação de políticas que visam manter a desigualdade e fomentar a concentração de riquezas tende a causar maior aprofundamento das mazelas sociais em países extremamente desiguais, como é o caso do território latino-americano. Segundo Chomsky “a abertura para a economia internacional acarretou um custo significativo para a América Latina, que se soma à incapacidade de controlar o capital e os ricos, e não apenas o trabalho e os

⁵ Neste período teve início um processo de reestruturação da produção industrial, que foi passando de um paradigma baseado num modelo taylorista-fordista para um formato mais descentralizado, conhecido como “acumulação flexível” ou, simplesmente, toyotista.

pobres” (2004, p. 38). Apesar disso, e devido ao seu papel articulador decisivo nesse processo, como no período colonial, as elites sempre saem lucrando.

ZAPATISMO E A LUTA CONTRA O NEOLIBERALISMO

Por tudo isso, junto à demanda pela autonomia e o direito à autodeterminação, os zapatistas definiriam que a luta atual é pela humanidade e contra o neoliberalismo. De acordo com o subcomandante Marcos, a única possibilidade de que o mundo sobreviva – e ele não se refere somente à questão ambiental, mas também e sobretudo à questão social – é acabar com aqueles que o querem destruir, ou seja, os grandes capitais; a ameaça do mundo são os grandes capitais⁶. No convite elaborado para convocar os/as participantes do Primeiro Encontro pela Humanidade e contra o Neoliberalismo⁷, que ocorreu entre os dias 27 de julho a 3 de agosto de 1996, o movimento assinalou que o neoliberalismo pressupõe a abolição de toda moral e valor ético, e que ele “é um êxito somente porque o Poder é exitoso”.

Em um texto de junho de 1997 o subcomandante Marcos apresentou uma análise acerca do neoliberalismo. Intitulado “7 peças soltas do quebra-cabeça mundial (o neoliberalismo como quebra-cabeças: a inútil unidade mundial que fragmenta e destrói nações)”⁸, Marcos começa o texto afirmando que a globalização, o neoliberalismo como sistema mundial, deve ser entendida como uma nova guerra de conquista de territórios. Ela é definida como a Quarta Guerra Mundial, que com o término da “Guerra Fria” o novo marco de relações internacionais de luta por novos mercados e

⁶ Entrevista do subcomandante Marcos concedida a Blanche Petrich, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=f1DrLLFBic4&ab_channel=djcontra

⁷ Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/06/09/invitacion-al-encuentro-intercontinental-por-la-humanidad-y-contra-el-neoliberalismo/>

⁸ Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1997/06/20/7-piezas-sueltas-del-rompecabezas-mundial-el-neoliberalismo-como-rompecabezas-la-inutil-unidad-mundial-que-fragmenta-y-destruye-naciones/>

territórios teria produzido uma nova guerra mundial; e, como toda guerra, ela apresenta algumas características, tais como: redefinição dos Estados nacionais, novas tecnologias e armas, um grande número de vítimas, e a inevitável existência de vencedores e vencidos.

Além da redefinição dos Estados nacionais, a “nova ordem mundial” também retomou “as velhas épocas” das conquistas da América, África e Oceania. A mundialização da nova guerra não é mais que a mundialização das lógicas dos mercados financeiros. Os Estados nacionais e seus governantes passaram de dirigentes da economia a representantes dirigidos pelo fundamento do poder financeiro: o livre comércio. Nesse cenário a política moderna como organizadora do Estado nacional deixou de existir, de tal modo que a política se resumiu à organização econômica e os políticos tão somente a modernos administradores de empresas.

Beneficiando-se da revolução tecnológica os mercados financeiros impuseram suas leis e preceitos em todo o planeta. No quesito bélico, enquanto que a Segunda Guerra Mundial gerou a bomba nuclear e na Guerra Fria desenvolveu-se a bomba de nêutrons, a nova arma descoberta com a Quarta Guerra Mundial é a bomba financeira.

Porque a nova bomba neoliberal, diferentemente da sua antecessora atômica em Hiroshima e Nagasaki, não somente destrói a pólis (a Nação neste caso) e impõe a morte, o terror e a miséria a quem as habita; ou, diferente da bomba de nêutrons, não somente destrói “seletivamente”. A neoliberal, além disso, reorganiza e reordena o que ataca e o refaz como uma peça dentro do quebra-cabeças da globalização econômica. Depois do seu efeito destrutivo, o resultado não é um monte de ruínas fumegantes, ou dezenas de milhares de vidas inertes, mas uma *favela* que se soma a alguma das megalópolis comerciais do novo hipermercado mundial e uma força de trabalho acomodada no novo mercado de trabalho mundial⁹.

Nessa guerra as vítimas são os vencidos de sempre, e o único vencedor é o capitalismo, aliás, os grandes capitais. O mercado nacional é

⁹ Ibidem. Tradução feita pelo autor.

uma das primeiras baixas, e os povos que vivem em áreas rurais, especialmente os indígenas, são marcados como os primeiros inimigos contra os quais se deve avançar, uma vez que suas terras são extremamente cobiçadas pelo capital. Marcos ilustra este fato ao expor uma fala de Ian Chambers, diretor do Escritório para a América Central da Organização Internacional do Trabalho (OIT) das Nações Unidas, que declarou que a população indígena mundial, calculada em 300 milhões de indivíduos, vive em zonas que têm 60% dos recursos naturais do planeta. Diante disso, não surpreendem os múltiplos conflitos pelo uso e destino de suas terras em torno dos interesses dos governos e empresas, sendo a exploração dos recursos naturais e o turismo as principais indústrias que ameaçam os territórios indígenas na América. Assim, destruição/despovoamento e reconstrução/reordenamento da zona se complementam¹⁰.

Segundo o subcomandante¹¹, não se trata apenas de uma destruição das bases materiais dos Estados nacionais, também se trata de uma destruição histórica e cultural: o digno passado indígena dos países americanos, a brilhante civilização europeia, a sábia história das nações asiáticas, e a poderosa e rica antiguidade da África e Oceania, todas as culturas e histórias que forjaram nações são atacadas pelo modo de vida norte-americano. O que o neoliberalismo impõe é uma guerra total, visando a destruição de nações e grupos de nações para homologá-las como modelo capitalista norte-americano. Por estes motivos, os zapatistas insistem: a guerra é contra o neoliberalismo e pela humanidade.

Na parte final do texto o subcomandante Marcos comenta sobre cada uma das sete peças soltas do quebra-cabeça mundial, indicando dados e citações ao longo da apresentação. Essas peças são: 1ª A concentração da riqueza e a distribuição da pobreza; 2ª A globalização da exploração total do mundo; 3ª A migração forçada (o pesadelo errante de

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

uma parte da humanidade); 4ª Mundialização financeira e globalização da corrupção e do crime (a relação entre crime e poder); 5ª A violência do Estado (legítima violência de um poder ilegítimo); 6ª A “megapolítica” (o poder mundial dos centros financeiros – o “gigante financeiro” – que estabelece aos “anões” das políticas nacionais o que devem ou não fazer); e 7ª As “bolsas” de resistência da humanidade contra o neoliberalismo (bolsas formadas pelos excluídos, rejeitados, as sobras formadas por quem teimosamente desobedece a realidade imposta e, dessa forma, representa a esperança de sobrevivência da humanidade).

Outro texto zapatista que traz uma análise aprofundada sobre o capitalismo é o da Sexta Declaração da Selva Lacandona¹². Divulgado em 30 de junho de 2005, este texto é especialmente importante, pois define as linhas gerais de atuação do movimento até os dias atuais. Ele está organizado em seis partes, e na terceira (“De como vemos o mundo”) é apresentada sua interpretação em relação ao sistema capitalista.

A definição exposta pelo movimento segue a linha do materialismo histórico, caracterizando o capitalismo como um sistema social sustentado na exploração do trabalho e na produção de mercadorias, dividido entre aqueles que se apropriam das riquezas natural e social, e aqueles que nada possuem a não ser sua força e seus conhecimentos para trabalhar. A explicação dos zapatistas tem o mérito de conseguir traduzir toda a complexidade que conforma o sistema capitalista de maneira simples e resumida.

Sobre a fase atual, dizem que por meio da globalização neoliberal os capitalistas já não mais dominam os trabalhadores em somente um determinado país, mas tratam de dominar tudo em todo o mundo. O neoliberalismo é a ideia de que o capitalismo está livre para dominar o mundo todo e fazer o que quiser; ele tem seus planos econômicos, políticos,

¹² Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2005/06/30/sexta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>

militares e culturais, e todos esses planos culminam no objetivo de dominar todo mundo, e as pessoas que não obedecem são reprimidas ou apartadas para não passar suas ideias rebeldes adiante. A ideia do neoliberalismo como guerra mundial é retomada, destacando-se o propósito de eliminar seus inimigos, i. e., aqueles que pensam diferente, para construir uma única nação ou país, que é “o país do capital”.

Pois bem, partindo do fato de que a dominação do capital ocorre em âmbito mundial, sendo que o México é governado pelo neoliberalismo tanto quanto os demais países, e que as resistências espalhadas pelo mundo, por mais diversas que possam ser, possuem um inimigo em comum, os zapatistas lançaram essa Sexta Declaração para divulgar seus planos de luta contra o neoliberalismo à favor da humanidade, cientes de que só haverá chance de sucesso com a união de todas as resistências desde “abaixo e à esquerda”.

O seminário “O pensamento crítico frente a hidra capitalista”, que aconteceu no início de maio de 2015, foi uma das iniciativas promovidas pelo movimento zapatista no contexto da Sexta Declaração para tentar articular diferentes perspectivas para estudar o capitalismo e buscar por formas de combatê-lo. Nesse mesmo sentido também foi organizado o seminário “Os muros do capital, as rachaduras da esquerda” em abril de 2017, que em vez de encarar o capitalismo como um monstro cujos pontos fracos deveriam ser localizados para poder combatê-lo, tratou de caracterizá-lo como um grande e poderoso muro com rachaduras, sendo que a tarefa neste caso seria a de desenvolver estratégias visando ampliar essas rachaduras para conseguir demoli-lo¹³. Esses espaços de debate e troca de ideias para o desenvolvimento de pensamentos críticos (que tem como motor o questionamento) e construção de práticas combativas são chamados de “*semilleros*”, ou seja, são viveiros que germinam as sementes para a transformação da realidade.

¹³ No seguinte endereço eletrônico podem ser encontradas informações sobre estes e outros eventos organizados pelos zapatistas: https://radiozapatista.org/?page_id=29

DOMINAÇÃO, POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO

No dia 5 de fevereiro de 2006, numa reunião no Istmo de Tehuantepec, o subcomandante Marcos afirmou: “o que queremos é que nós decidamos quem governa e como. E decidamos também de quem é a riqueza e como se reparte” (in AGUIRRE ROJAS, 2019, p. 67). Essa é uma demanda extremamente radical (pelo menos para os padrões do capitalismo), pois reivindica não somente uma refundação da política, tal como tem sido concebida pela matriz epistêmica da modernidade, mas também toca no campo sagrado das atividades econômicas, base do poder capitalista.

A própria dinâmica da democracia representativa, tal qual aplicada em muitas nações, como é o caso do México e outros países da América Latina, já não é das mais eficazes para promover uma maior participação política da população, restringindo-a, na maior parte das vezes, aos processos de eleição dos governantes, que acontecem esporadicamente e sofrem todo tipo de influência (por exemplo, das formas de financiamento e da necessidade de uso de mídias para divulgação das campanhas). Ainda assim, há todo um processo ideológico em curso para desacreditar a população sobre as possibilidades de mudança, com transformação radical do *status quo*, associando política com a arte da trapaça, de defesa de interesses pessoais, blindando o campo econômico e brindando a iniciativa privada como sendo a dimensão onde reside a virtude e a eficiência. Políticos são corrompidos, instituições públicas sucateadas, partidos de viés mais popular e movimentos sociais criminalizados, e gestores, na maioria homens brancos bem-sucedidos economicamente, são convocados a “salvar” o país.

Partindo da constatação de que “a ideologia é a base do pensamento de uma sociedade de classes no curso conflitante da história”, Guy Debord explica que os fatos ideológicos, como a consciência

deformada das realidades, exprimem fatores reais que exercem uma real ação deformante. Segundo o autor, “a materialização da ideologia provocada pelo êxito concreto da produção econômica autonomizada, na forma de espetáculo, praticamente confunde com a realidade social uma ideologia que conseguiu recortar todo o real de acordo com seu modelo” (2017, p. 161).

As versões “oficiais” da história, sempre escritas e perpetuadas pelos vencedores, devem ser constantemente questionadas e contrastadas com as narrativas daqueles e daquelas cujas vozes foram, e continuam sendo, sufocadas. Os relatos que difundem as façanhas heroicas de corajosos reis e belos príncipes devem ser entendidos como realmente o são, recursos ideológicos utilizados para mascarar os fatos concretos e, assim, manter a desigualdade social e a manutenção de privilégios. A origem divina dos soberanos e as teorias raciais que buscam “explicar” as diferenças entre grupos de seres humanos, por exemplo, nada mais são do que uma tentativa de justificar e perpetuar o poder.

Na lógica do poder são consentidas, e às vezes até fomentadas, apenas aquelas mudanças necessárias para circunscrever o risco de alterações mais profundas. Como em “O Leopardo”, clássico livro de Giuseppe di Lampedusa adaptado ao cinema por Luchino Visconti, “tudo deve mudar para que tudo fique como está”. Altera-se a forma para manter o conteúdo, ou melhor, adapta-se o formato para preservar a essência.

Para procurar sustentar a dominação da lógica policial e sua atuação antipolítica, que nega a existência dos sem-parcela na sociedade (RANCIÈRE, 1996), a classe dominante faz uso de uma série de artifícios por meio dos quais a dominação é assentada, desde a criação de um pretense estado de natureza que precede a existência da sociedade, até aquelas ideologias com viés biologizantes, como teorias raciais por exemplo, que ajustam as diferenças humanas com base em certas características que seriam inatas a cada condição (étnica, geográfica, de gênero, de classe

social, orientação sexual e assim por diante). A partir disso são erigidos constructos de dominação, muitos dos quais persistem aos sucessivos modos de produção e organização social, como forma de manutenção do poder e domínio de determinados grupos sobre os demais, como o patriarcalismo, o racismo, a meritocracia etc.

No neoliberalismo se faz política negando a Política. O fazer político é desacreditado e constantemente negado à massa, e, neste caso, esvaziando-se a política, o que sobra é a administração passiva, a gestão reativa aos interesses daqueles que controlam o capital; e é exatamente essa a forma de política perpetrada pelos profissionais da política que se mantém no poder.

Apesar do discurso, a lógica neoliberal não pretende destruir o Estado por completo, mas apenas sua mão esquerda (BOURDIEU, 2001), a mão que segura e implementa as políticas sociais. A mão direita, que cuida dos interesses do capital, por outro lado, é fortalecida, atua como um Estado de direito para os ricos e de exceção (um verdadeiro Estado policial) para controlar os pobres e, assim, proteger o pleno desenvolvimento do capital perante a insatisfação das massas. Para Bourdieu, contrariamente à ideia de que a política da era da globalização tende a favorecer seu perecimento, os Estados continuam efetivamente a desempenhar um papel determinante a serviço da política que os enfraquece. “É notável que as políticas que visam sucatear os Estados em prol dos mercados financeiros foram decretadas por Estados que, além de tudo, são estados governados pelos socialistas” (BOURDIEU, 2001, p. 73-74).

Conforme aponta Francisco de Oliveira, “a política institucional gira em falso, pois os condicionamentos e constrangimentos impostos pela globalização tornam inúteis e supérfluas as instituições democráticas e republicanas”, transformando os bancos centrais, que não são instituições democráticas, nas verdadeiras autoridades nacionais (*in* BORON, 2004, p. 115). Quem organiza a sustentação dessas autoridades e define como serão

operadas são as forças que tem poder para controlar o mercado, sobretudo as empresas do setor financeiro.

Os promotores e tecnocratas do neoliberalismo fazem todo o possível para eliminar do horizonte político a possibilidade do surgimento de alternativas transformadoras, de modo que quando alguma emerge tentam erradicá-la mediante sua eliminação direta ou então classificando-a como irracional, utópica ou impraticável (DINERSTEIN, 2013). Essa “política da desesperança” é, segundo Dinerstein (2013), um elemento-chave da mundialização neoliberal, que renega a democracia por enxergá-la como um estorvo para a tão almejada estabilidade econômica.

Para compreender este fenômeno com maior clareza é importante levar em consideração a perspectiva de Rancière sobre o significado da política. Dessa forma, é possível vislumbrar os motivos e os interesses relacionados a esse avanço feroz do mercado e, por consequência, do capital, sobre as bases de organização e decisão dos povos organizados em Estados nacionais.

Em primeiro lugar, Rancière (1996) deixa claro que há política simplesmente porque nenhuma ordem social está fundada na natureza e porque nenhuma lei divina ordena as sociedades humanas, ou seja, política é fruto única e exclusivamente da ação humana, criada e desenvolvida historicamente e de acordo com os interesses e relações de poder estabelecidas na sociedade. Partindo dessa constatação elementar, Rancière propõe que há política somente quando existe uma parcela dos sem-parcela, uma parte ou um partido dos pobres. Portanto, não há política simplesmente por causa da constatação do dano, da cisão social, ou, em outras palavras, porque os pobres se opõem aos ricos. A política existe, por sua vez, quando a ordem “natural” da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. De acordo com Rancière (1996) essa instituição é o todo da política como forma específica de vínculo, que define o comum da comunidade como comunidade política, pois dividida,

baseada num dano que escapa à aritmética das trocas e das reparações. Para o autor, fora dessa instituição não há política, há apenas ordem da dominação ou desordem da revolta.

A manutenção da ordem da dominação é conhecida como a lógica policial, que atua de forma a manter o *status quo*, utilizando-se de todos os meios e estratégias vinculadas à manipulação e controle, bem como repressão e domínio por meio da força física. Assim, se, por um lado, “o partido dos pobres não encarna nada mais que a própria política como instituição de uma parcela dos sem-parcela”, simetricamente, “o partido dos ricos não encarna nada mais que o antipolítico” (p. 29).

20

De Atenas do século V antes de Jesus Cristo até os governos de hoje em dia, o partido dos ricos sempre terá dito uma única coisa – que é muito exatamente a negação da política: não há parcela dos sem-parcela. (...) A guerra dos pobres e dos ricos é assim a guerra sobre a própria existência da política. O litígio em torno da contagem dos pobres como povo, e do povo como comunidade, é o litígio em torno da existência da política, devido ao qual há política. A política é a esfera da atividade de um comum que só pode ser litigioso, a relação entre as partes que não passam de partidos e títulos cuja soma é sempre diferente do todo (RANCIÈRE, 1996, p. 29).

Dessa forma, Rancière (1996) afirma que a instituição da política é idêntica à instituição da luta de classes. A luta de classes, i. e., o antagonismo existente entre os possuidores e os despossuídos, entre os “vencedores” e os “perdedores”, entre os ricos e os pobres, é a própria política. A igualdade é o princípio que fundamenta a política (RANCIÈRE, 1996), sendo que, para ela existir, é necessário o encontro entre a lógica policial, aquela que procura manter o estado de dominação e, assim, os privilégios daqueles que controlam o poder, com a lógica igualitária, por meio da qual os sem-parcela buscam denunciar o dano, combater o “erro” de cálculo e inscrever-se como parte do todo da comunidade. O conceito de dano, baseado nos erros de cálculo em torno da contagem dos pobres como povo, faz parte da estrutura original de toda política e configura-se

como o modo de subjetivação no qual a verificação da igualdade assume figura política.

Portanto, de acordo com esta perspectiva, o atual processo de esvaziamento da política é assinalado como uma espécie de contraofensiva da classe detentora do poder tendo em vista a manutenção da dominação e, por consequência, a tentativa de imobilizar as forças de transformação dos oprimidos – todos aqueles e aquelas que representam os sem-parcela da sociedade. Junto à investida rumo ao esvaziamento do poder político do Estado, retirando seu poder decisório e reduzindo sua atuação à simples gestão dos negócios do capital internacional, é necessário fazer com que a população perca o interesse pela política. Com a política convertendo-se em algo que transita pelos mercados e que depende de sua tirania, as democracias vão sendo cada vez menos democráticas, com cada vez menos legitimidade popular, e acabam fomentando a apatia e o desinteresse pela coisa pública (BORON, 2004).

Desde que foi (e é) violentamente implantado na América Latina junto com o colonialismo, o capitalismo tem sido um sistema sociometabólico no qual o campo econômico busca engolfar a política de tal modo que toda e qualquer decisão sobre os rumos dos países e seus povos sejam definidos de acordo com os interesses do grande capital e dos mercados internacionais. Mais recentemente, com a tentativa intransigente de impor uma “nova razão do mundo” (DARDOT e LAVAL, 2016), o projeto neoliberal vem solapando os instrumentos de política tradicionais criados no âmbito dos Estados nacionais ao mesmo tempo em que trata de acirrar a nível mundial os princípios e valores liberais que sustentam o sistema capitalista.

Para lutar contra esse sistema – combater o monstro ou implodir o muro – e construir um mundo novo, é fundamental atacar o problema pela raiz. Deve-se “destruir a besta apontando diretamente ao olho da tormenta,

onde bate o coração da Hidra”¹⁴, tanto como ampliar as rachaduras da fortaleza capitalista para enfraquecer suas estruturas e fazê-la desabar. Para tanto, a crítica tem que partir dos fundamentos da racionalidade moderna que estruturam o capitalismo e a colonialidade do poder. Se não encarar o poder de frente e na sua totalidade, não será possível alcançar sua cabeça imortal.

Zibechi (2008) diz que nos movimentos sociais latino-americanos mais relevantes, como o zapatista, estão presentes correntes de pensamento e práticas sociais que os diferenciam claramente das experiências do “primeiro mundo” (ou as “epistemologias do norte” segundo Santos e Meneses, 2010), que estão mais estruturadas em torno de uma concepção assentada na divisão sujeito-objeto. No bojo destas correntes estão presentes conceitos e práticas da educação popular, da teologia da libertação e, especialmente, da cosmovisão indígena, a qual, segundo Zibechi (2008), assenta a possibilidade de transcender a dissociação sujeito-objeto presente na cosmovisão europeia-norteamericana, ou seja, na matriz de pensamento colonial-moderna. A ruptura epistêmica produzida a partir destes movimentos levaria a um processo de descolonização do ser; em outras palavras, a aparição de novos atores sociais – como, por exemplo, no Fórum Social Mundial – que reclamam seus direitos epistêmicos, levaria à superação da ideia excludente de América Latina, a uma transformação na geografia do conhecimento na medida em que produzem um pensamento de fronteira (MIGNOLO, 2017).

O sentimento de habitar a borda, a saber, de viver na periferia, na fronteira do núcleo que origina e espalha o padrão colonial-moderno, é a condição necessária que possibilita o surgimento de um pensamento decolonial. Segundo Mignolo a decolonialidade emerge da experiência da

¹⁴ Frase mencionada no final do vídeo sobre a história do Congresso Nacional Indígena, disponível na página da organização: <http://www.congresonacionalindigena.org/2017/10/29/historia-del-congreso-nacional-indigena/>

colonialidade, por isso era “alheia para Descartes e invisível para Marx”¹⁵, e, portanto, muito dificilmente poderia ter surgido na Europa (2017, p. 16). O conceito da colonialidade não apareceu na Europa, pois, dando sequência à ideia desenvolvida pelo autor argentino¹⁶, ele necessita ser sentido, i. e., depende da experiência de vivenciar a colonialidade na própria pele, e acaba provocando, no campo do sentimento, a justa raiva, que, no caso do levante zapatista, culminou na práxis da digna rebeldia. Assim, “a epistemologia fronteiriça e a descolonialidade seguem de mãos dadas” (MIGNOLO, 2017, p. 17).

Há que se reconhecer certos avanços na modernidade para a humanidade, vindas da Europa e depois dos Estados Unidos, mas o principal problema, junto da colonialidade, é querer fazer com que todo mundo siga o mesmo modelo. A pior herança do colonialismo é o desperdício de experiência humana: diferentes culturas, formas de viver, de conhecer, de pensar, de se expressar, são sufocadas, algumas apagadas, e, de forma violenta, são empurradas para o caminho da homogeneização – sobretudo com o advento da sociedade de consumo.

A opção decolonial mostra que é possível viver de outra forma, seguir caminhos diferentes e pensar de outro jeito do que aquele imposto pela modernidade. É, portanto, uma opção em construção permanente, cada um e cada uma, de forma comunitária e autônoma, torna-se responsável pelo seu próprio caminho. É dizer que a opção decolonial não busca pelo universal (tal qual a lógica da modernidade), ou seja, alcançar uma solução

¹⁵ Apesar disso, Katz (2020) diz que num segundo momento de suas pesquisas Marx acabou abandonando a ideia de uma adaptação passiva do mundo colonial ao futuro do capitalismo e, em particular na sua trajetória analítica da Índia à Irlanda, lançou as bases para explicar como o capitalismo gera subdesenvolvimento. E corroborando com essa visão, de que em suas pesquisas e escritos posteriores Marx estava dedicando mais atenção à questão colonial e aos países de capitalismo periférico – como também é o caso da Rússia, por exemplo –, Musto (2018), que escreveu uma biografia dos seus últimos anos, comentou que esse “raro exemplo de intelectual militante constantemente guiado pelo espírito crítico” dedicou muita energia ao estudo das sociedades não europeias e ao papel destrutivo do colonialismo nas periferias do sistema.

¹⁶ Entrevista de Mignolo, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Y6jW1rbie4>

que sirva para todo o mundo, mas defende que a pluriversidade seja um projeto universal.

A defesa da autonomia e a tomada de decisões coletivas de forma horizontal, presente nos discursos e práticas de diferentes movimentos sociais contemporâneos, constituem projetos diversificados que têm como ponto em comum a introdução do paradigma da co-existência em contraste ao paradigma dominante daquilo que poderia ser considerado “novidade”, que aponta para uma perspectiva de história linear e universal.

Há muitos caminhos possíveis no âmbito da pluriversidade; no que diz respeito à questão da transformação social, não se trata de buscar um único caminho ao qual convergir, mas buscar ligar os caminhos, criar rotas de diálogos e encontrar pontos de confluência entre eles. Em outras palavras, fomentar a criação de redes: conectar diferentes visões de mundo em nós que configuram marcos orientadores da práxis social (como justiça, igualdade, democracia etc.) e preencher seus buracos com relações sociais dialógicas e acolhedoras.

O projeto decolonial pensa a partir do momento em que as histórias locais coloniais do mundo foram interrompidas pela história local da Europa que se apresentou, e se apresenta, como projeto universal.

A questão colonial continua presente ainda hoje, ou seja, é uma questão que possui mais de quinhentos anos. Os povos originários, que seguem resistindo, muitos dos quais organizados em movimentos sociais, acabaram revelando a natureza fundante de 1492 e mostraram que múltiplos tempos atuam ao mesmo tempo, além de, segundo Porto-Gonçalves¹⁷, assinalarem que a crítica ao capitalismo e à colonialidade caminham juntas, não é uma ou outra, são as duas coisas ao mesmo tempo, ou não é nada. Mignolo atesta: “hoje, essas forças históricas, caladas

¹⁷ Entrevista em um programa do IELA/UFSC, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tdg6MJwwP1E>

durante séculos, porém nunca apagadas, chegaram a um ponto que não tem retorno" (2008, p. 240). De acordo com Dussel,

O que vem por aí é uma nova civilização transmoderna, e por isso transcapitalista, para além do liberalismo e do socialismo real, onde o poder era um tipo de exercício da dominação, e na qual a política se reduziu a uma administração burocrática. (...) A "esquerda" (aquele lugar ocupado por grupos progressistas em uma das assembleias da Revolução Francesa) exige uma completa renovação ética, teórica e prática. Governou através dos Comitês centrais ou como oposição. Passar à responsabilidade democrático-política de exercer um poder obediencial não é tarefa fácil; é intrinsecamente participativa; sem vanguardismo; tendo aprendido do povo o respeito por sua cultura milenar, por suas narrativas míticas dentro da qual desenvolveu seu próprio pensamento crítico, suas instituições que devem se integrar a um novo projeto. O século XXI exige grande criatividade. Mesmo o socialismo, se ainda possui algum significado, deverá se desenvolver, como indica Evo Morales, também como uma "revolução cultural" (e não deve ter nada a ver com a da China de 1966). É a hora dos povos, dos originários e dos excluídos. E política consiste em ter "a cada manhã um ouvido de discípulo", para que os que "mandam, mandem obedecendo" (2007, p. 10).

O autor, que conclamou a necessidade da criação de uma nova teoria, coerente com a profunda transformação que os povos oprimidos estão vivendo, se remete ao conceito zapatista de "mandar obedecendo" para retomar o caráter positivo da política (como atividade) que acabou sendo corrompida, fetichizando-se, pelo poder globalmente constituído. O poder necessita ser ressignificado, segundo Dussel (2007), procurando retomar a noção de poder desde antes de Thomas Hobbes, que o consagrou como dominação. Nesse sentido, a decolonialidade do poder é uma nova forma de resistência.

CONSTRUINDO OUTRO(S) CAMINHO(S)

Aguirre Rojas (2019) considera que o zapatismo carrega os pressupostos de uma modernidade alternativa, gestada como uma estrutura

de longa duração que configura uma autêntica modernidade de resistência. Isso não é algo exclusivo do movimento zapatista, podendo ser encontrado em diversos territórios na América Latina – conforme debatido antes, essa característica é inerente à identidade latino-americana –, e está vinculado à história de povos que resistem à imposição do projeto de modernidade europeia a partir de uma tenaz luta e rebeldia popular de longa duração através da qual retrabalham alguns elementos dessa modernidade para mesclá-los e sintetizá-los como elementos de sua própria identidade (AGUIRRE ROJAS, 2019). Esse processo acaba gerando, segundo Aguirre Rojas, uma verdadeira e original modernidade de resistência à modernidade puramente europeia.

A empresa de negação e supressão capitalista, felizmente não conseguiu nunca ter êxito total, nem nos tempos da Colônia, nem nos séculos XIX e XX, ao se deparar com a tenaz e feroz resistência indígena, que entre outras várias coisas preservou até agora esta visão inteligente e profunda da *Madre Tierra* e da Mãe Natureza. Mas não de uma maneira anacrônica ou reverencial até um passado “pré-capitalista” ou “pré-moderno”, que teria sobrevivido intocado ou inalterado durante cinco séculos, mas sim a partir de um processo complexo, ativo e dinâmico, no qual os povos indígenas se modernizavam igualmente e adotavam as novas tecnologias agrícolas, os novos cultivos, ou os novos métodos de trabalho na terra, mas dentro desse esquema geral de uma relação respeitosa, carinhosa e agradecida (...). Os indígenas também se *modernizam*, só que por sua própria e singular via da modernidade de resistência, que pode adotar técnicas e métodos modernos e sofisticados de trabalho da terra, mas sem renunciar a seguir respeitando-a profundamente, querendo-a e considerando-a como sua *Madre Tierra* (AGUIRRE ROJAS, 2019, p. 128).

No âmbito dessa resistência encontram-se a reivindicação do trabalho coletivo – não só da terra, mas em geral – e da partilha equitativa dos resultados do trabalho, que, junto à concepção da terra como *Madre Tierra*, “são os três pilares fundamentais que tem permitido ao longo dos séculos e permitem ainda hoje desdobrar no plano econômico a *modernidade de resistência* dos povos indígenas do México” (AGUIRRE ROJAS, 2019, p. 135).

Esses três pilares construíram uma barreira à lógica econômica capitalista que funciona, de acordo com Aguirre Rojas (2019), como a estrutura principal da “Outra Economia” e do “Outro Comércio” impulsionada pelos zapatistas nos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ). Ainda segundo o autor, os indígenas zapatistas que se rebelam contra o capitalismo e o neoliberalismo reinantes são indivíduos que têm preferido conscientemente explorar outro caminho de modernização e outra versão da modernidade, mantendo as sólidas estruturas comunitárias do seu ser indígena protegidas do individualismo feroz e egoísta típico da modernidade capitalista.

Outra vertente dessa modernidade alternativa, que possui um significado profundo para o movimento zapatista diz respeito a uma concepção diferente do que deve ser a política, que, neste caso, têm sido chamada de “Outra Política”. Essa Outra Política se afirma, segundo Aguirre Rojas (2019), como uma negação radical da velha e desgastada política tradicional ao mesmo tempo em que proclama uma lógica anticapitalista cujo horizonte vai na contracorrente do pensamento e das práticas dominantes. Representa um esforço de reconstruir outra forma de fazer política que implica numa ruptura múltipla e em vários níveis: com as formas do exercício da política de viés neoliberal dos últimos trinta anos; das formas de política burguesa moderna vigente desde a Revolução Francesa; da política existente nos últimos quinhentos anos, própria da história da modernidade capitalista; e também dos modos, das funções e dos mecanismos principais que configuram a atividade da política desde os tempos da Grécia Antiga até hoje (AGUIRRE ROJAS, 2019).

Dentre os pontos de ruptura com o modelo tradicional e hegemônico da política concebida no paradigma da modernidade europeia inclui-se, por exemplo, a dimensão elitista de que política é uma atividade complexa e sofisticada que deve ser reservada a um punhado de pessoas ilustres, que está confinada a determinados espaços e situações que exigem um grau

limitado de participação indireta das pessoas, e de que ela acaba se constituindo numa atividade utilitarista que representa um fim em si mesma, i. e., a classe política passa a crer na autossuficiência do poder político, ignorando que sua natureza é tão somente um meio de outras realidades e dimensões sociais – como a gestão dos assuntos públicos ou comuns.

A “Outra Política” concebida pelo zapatismo conduz também a um “Outro Governo” e uma “Outra Democracia”, baseadas no autogoverno popular e na democracia direta, com decisões em assembleia e orientada pela busca do consenso. O subcomandante Marcos defende que o papel de um governo deve ser não o de ator das mudanças, mas o de administrador das mudanças que se está buscando¹⁸. Ou seja, partindo do princípio do “mandar obedecendo”, o papel da política é descolado do centro do processo para o lugar de coadjuvante, subordinado e auxiliar na execução das demandas populares. Aguirre Rojas concatena alguns recursos metafóricos usados pelos zapatistas para ilustrar os princípios que regem as práticas políticas do movimento:

(...) aquele que manda tem que “mandar obedecendo”, (...) estamos tratando de construir “um mundo que contenha muitos mundos”, (...) para definir as estratégias de ações nos guiamos sobre a ideia de que “perguntando caminhamos”, (...) o olhar que devemos assumir é o olhar que vê “de baixo e para baixo” e também “para trás” “para iluminar o que falta”, o “incompleto”. Se analisarmos todas as derivações destes princípios, nos daremos conta de que eles só são possíveis dentro de um espaço que *não pode* mais ser englobado pelo que foi a atividade da política durante o longo e milenário trajeto de sua longínqua vida histórica e de que sua existência implica, portanto e necessariamente, algo que é radicalmente *distinto* e, em consequência, algo que não é e não pode ser mais essa velha política, senão uma nova e completamente diferente *Outra Política* (2019, p. 55).

Os zapatistas procuram levar a cabo a “Outra Política” por meio da articulação com outras experiências e tendo em vista a construção de uma

¹⁸ “Voces contra la globalización – Cap. 6 La larga noche de 500 años”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tFqxAOAxrjo>

resistência coletiva. Essa última, todavia, não aspira promover a uniformização de diferentes lutas para criar um sujeito homogêneo para combater o capitalismo, mas sim conectar todas essas lutas em redes de solidariedade e cooperação de modo que suas especificidades e autonomias sejam não apenas preservadas, mas também ressaltadas. Para que um mundo plural seja possível no futuro, com respeito e convívio harmonioso entre as múltiplas autonomias, sua construção deve ser buscada desde o primeiro momento.

É importante pontuar que se deve olhar para as comunidades originárias, como indica Zibechi (2008), não para exaltá-las ou idealizá-las, pois nelas também existem assuntos que necessitam ser resolvidos, mas para aprender sobre outra forma de ver as coisas, outras formas de relação entre as pessoas e destas com o ambiente, outras formas de se organizar – sem a centralidade do Estado –, outra forma de se exercer a autoridade/poder, de orientar as atividades econômicas, e assim por diante. A revolução não sairá de Chiapas e virá salvar toda a humanidade; como disse David Harvey¹⁹, não se pode simplesmente retirar o modelo construído (ou melhor, em construção) no México e exportar para os outros lugares do mundo, pois cada qual deve inventar as próprias maneiras de fazer política, de acordo com as próprias circunstâncias e conforme as demandas/necessidades/vontades das pessoas envolvidas.

É visível, conforme apontado pela literatura especializada, que o fenômeno mexicano abre novos horizontes para a compreensão dos processos sociais em curso na América Latina e no mundo; enquanto experiência autogestionária o zapatismo é uma referência para parte considerável dos movimentos sociais contemporâneos; e como forma de luta por uma sociedade mais justa e igualitária representa, numa perspectiva benjaminiana, uma possível chama que ilumina o caminho para a

¹⁹ Entrevista à CartaCapital, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201czapatismo-foi-um-movimento-indigena-com-caracteristicas-ocidentais201d-7784/>

passagem da marcha triunfal dos vencidos. Dessa forma, conforme defendido pelo próprio movimento, não se espera que todos e todas tornem-se zapatistas, mas que busquem seus próprios caminhos, lutem por autonomia e dediquem-se para construir um mundo melhor, “um mundo onde caibam muitos mundos”. O que se deve buscar é inspiração, não um modelo a seguir, e este é justamente o principal aspecto para se levar em consideração. O que se espera, a partir daí, é solidariedade, respeito e intercooperação.

Referências Bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, C. A. **Mandar obedecendo**: As lições políticas do neozapatismo mexicano. São Paulo: Editora Entremares, 2019.

BORON, A. A. (Org.). **Nova hegemonia mundial**: alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

BOURDIEU, P. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas**: neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COMMELIN, P. **Mitologia grega e romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

DINERSTEIN, A. C. Autonomía y Esperanza: la nueva gramática de la emancipación. In: DINERSTEIN, A. C.; CONTARTESE, D.; DELEDICQUE, M.; [et al]. **Movimientos sociales y autonomía colectiva**: la política de la esperanza en América Latina. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013.

DINERSTEIN, A. C. Organizando la esperanza: utopías concretas pluriversales contra y más allá de la forma valor. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, nº. 135, p.351-369, abr.-jun., 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v37n135/1678-4626-es-37-135-00351.pdf>.
Acessado em: 28 de junho de 2019.

DUSSEL, H. **20 Teses de Política**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HILSENBECK FILHO, A.; BRANCALEONE, C. O caracol e a velha toupeira. In: BECHER, P. A. [et al]. (Coords.) **Anticapitalismos y sociabilidades emergentes: experiencias y horizontes en Latinoamérica y el Caribe**. Bahía Blanca: Ediciones del Ceiso; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2019.

KATZ, C. **A teoria da dependência cinquenta anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **O Século XXI – socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MIGNOLO, W. D. **Novas Reflexões Sobre a “Ideia da América Latina”**: a direita, a esquerda e a opção descolonial. (2008). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a04v21n53.pdf>. Acessado em: 20 de setembro de 2019.

MIGNOLO, W. D. Desafios decoloniais hoje. (2017). In: **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:lrbISSa42jUJ:https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em: 20 de setembro de 2019.

MUSTO, M. **O Velho Marx**: uma biografia de seus últimos anos. São Paulo: Boitempo, 2018.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento – política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

ZIBECHI, R. **Dibujando fuera de los márgenes**: los movimientos sociales em la transformación sociopolítica en América Latina. Buenos Aires: La Crujía, 2008.